

Informação sobre tratamento de dados pessoais
Procedimento Concursal comum de recrutamento
Aviso n.º 17895/2023, de 18 de setembro

1. Que dados são recolhidos e tratados

Ao submeter a sua candidatura, o candidato deve fornecer os dados estritamente necessários ao respetivo processo, nos termos do aviso de abertura do procedimento.

2. Finalidades da recolha dos dados

Os dados pessoais recolhidos são utilizados e tratados apenas para a finalidade de recrutamento, no âmbito do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, de acordo com as normas do concurso, conforme previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho e na Portaria n.º 154/2020 de 23 de junho. Em caso de seleção, podem ser solicitados dados pessoais adicionais, que são necessários para a realização do contrato e transmissão obrigatória de dados a entidades oficiais, bem como para efeitos de gestão dos recursos humanos na ARS Algarve, I.P.

3. Responsável pelo tratamento dos dados pessoais

A Administração Regional de Saúde do Algarve, I.P. (ARS Algarve, I.P.) é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais.

4. Encarregado de Proteção de Dados

A ARS Algarve, I.P. tem um Encarregado de Proteção de Dados (EPD) que pode ser contactado através do e-mail – epd@arsalgarve.min-saude.pt

5. Tratamento e armazenamento dos dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos são armazenados numa base de dados de acesso exclusivo aos trabalhadores da ARS Algarve, I.P. que participam no processo de classificação e seleção.

6. Acesso aos dados pessoais

O acesso aos dados pessoais no âmbito do presente procedimento concursal é limitado a quem participe no processo de classificação e selecção.

7. Direitos do titular dos dados pessoais

O titular dos dados tem os seguintes direitos em termos de protecção de dados pessoais: direito de acesso, retificação, apagamento, limitação do tratamento, portabilidade e oposição. A retirada do consentimento não compromete a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

8. Conservação dos seus dados pessoais

Os dados serão armazenados e conservados pelo tempo exclusivamente necessário, de acordo com a finalidade e nos termos legalmente previstos. É destruída a documentação apresentada pelos candidatos excluídos, quando a sua restituição não seja solicitada no prazo máximo de um ano após a cessação do respetivo procedimento concursal.